

31/5/1987

São Paulo acompanha Carta com 4 juristas

BRASÍLIA — Rico, o governo do estado de São Paulo contratou os serviços de quatro conhecidos juristas para acompanhar os trabalhos da Constituinte e fornecer qualquer tipo de consultoria que fosse solicitado pela bancada paulista. Um estado mais pobre, como Pernambuco, pode ajudar pouco. Em compensação, a Sudene enviou a Brasília um dos seus diretores — Antônio Carneiro Leão — para assessorar os constituintes do Nordeste na defesa dos interesses da região, principalmente na área tributária, e de investimentos e incentivos fiscais.

Paulistas e pernambucanos na Constituinte tiveram sorte. O deputado Octávio Elísio disse que boa parte dos constituintes mineiros não contou com nenhum tipo de ajuda do governador Newton Cardoso. Pelo contrário, o governador quer agora punir os 12 pemedebistas mineiros que, na última reunião da bancada do partido, votaram pelos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney. Cardoso já ameaçou até mandar de volta para a suplência o deputado Israel Pinheiro Filho, que só assumiu o mandato depois que o governador nomeou dois constituintes para seu secretariado.

Elogio — Os quatro juristas contratados por Quércia são Geraldo Ataliba (Direito Tributário), Celso Bandeira de Mello, Adilson Dallari (Direito Administrativo) e Eros Roberto Grau (Direito Econômico). Ataliba foi o redator de muitas propostas relativas ao ICM nas operações interestaduais. Segundo o deputado Aírton Sandoval (PMDB-SP), se essas taxas foram abaixo de 9%, o Estado terá uma queda fantástica de arrecadação. Alguns depurados paulistas confessam-se surpresos com o apetite dos representantes do Nordeste e Norte em retirar recursos do Sul, para encaminhá-los para suas regiões. Daí a contratação de Ataliba. Sandoval apontou como um dos exemplos desse apetite a proposta da destinação de 2% do IPI e do Imposto de Renda para fundos especiais de investimentos no Norte e Nordeste, em detrimento da Região Sul, que ainda tem grandes bolsões de miséria.

Já Eros Grau foi o autor do parecer que levou o vice-líder do PT, deputado José Genoíno, a pedir, na instalação da Constituinte, que os senadores eleitos em 1982 não tivessem direito a voto.

O trabalho dos quatro juristas foi elogiado ontem por um petista insuspeito, o também advogado e sobrinho de Adilson Dallari, Pedro Dallari, que representou o PT no inquérito policial de Leme, sobre a morte de dois bóias-frias grevistas, em julho do ano passado. De acordo com Pedro Dallari os quatro ajudam todos os constituintes de São Paulo.

As reclamações contra os governadores não partem apenas de um dissidente mineiro, como Octávio Elísio. O deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) reclamou do comportamento do governador do Estado do Rio, Moreira Franco. Segundo Ramos, o governador só reuniu duas vezes a bancada fluminense, para tentar lhe impor os cinco anos de mandato para Sarney.

Rebelião — Na verdade, as queixas contra as pressões e a falta de ajuda dos governadores "são maiores do que os elogios". Constituintes pernambucanos e baianos lembravam ontem que foram o governador Waldir Pires e o vice-governador Carlos Wilson que mais os pressionaram para eleger Ulysses Guimarães presidente da Câmara, na disputa com o deputado Fernando Lyra. Foram também as pressões dos governadores e do Planalto que levaram os constituintes a eleger as Mesas da Câmara e Senado antes da eleição da Mesa da Constituinte. Na época, constituintes em primeiro mandato queriam eleger antes a Mesa da Constituinte como prova de soberania.

Quem não tinha motivos para elogios ou reclamações eram os gaúchos. Os deputados Irajá Rodrigues e Hermes Zaneti, ambos do PMDB, disseram que o governo pôs a Consultoria-Geral do estado à disposição dos constituintes da bancada para todo o tipo de assessoria de que necessitassem. Os parlamentares não se mostraram preocupados com pressões do governador Pedro Simon.

Já os constituintes do Norte e Nordeste, sem maiores ajudas dos governadores, preferem agir em bloco, acima até dos partidos. Assim, numa rebelião contra o Sul, conseguiram derrubar a candidatura do deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS) a relator da Subcomissão do Sistema Tributário, elegendo para o cargo o deputado Fernando Bezerra (PMDB-PE). A rebelião juntou pemedebistas e pefelistas.

Foi a única derrota do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, na indicação dos 24 presidentes e relatores das subcomissões.

(Página 14)